

ALADI/CR/Ata 765
4 de abril de 2001

ATA DA 765ª SESSÃO DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 - Incorporação ao Comitê de Representantes do Excelentíssimo Senhor Embaixador Guillermo Estrada Strecker, Representante da República da Guatemala, como Observador.
 - Incorporação ao Comitê de Representantes do Excelentíssimo Senhor Embaixador Yan A. Burliy, Representante da Federação da Rússia, como Observador.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento (ALADI/CR/ dt 158).
 4. Implementação da Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros.
 - Definição dos termos de referência para as Reuniões de Consulta e Avaliação (Tema 6) e dos Expositores (Temas 4 e 6).
 5. Apresentação do Estudo: "Definição de uma estratégia para a preservação das preferências intra ALADI no acordo que criaria a ALCA (ALADI/SEC/Estudo 132).
 6. Assuntos diversos.
-

Preside:

CARLOS HIIGUERAS RAMOS

Assistem: Jorge Alberto Ruiz, Ricardo Harstein, Ruben Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Willy Vargas Vacaflor e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Eduardo Paes Sabóia e João Mendes Pereira (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda, Alfonso Silva Navarro, Flavio Tarsetti Quezada, María Antonieta Jara e Axel Cabrera (Chile), Arturo Sarabia Better e Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), Miguel Martínez (Cuba), Juan Carlos Faidutti Estrada, Julio Prado Espinosa e Carlos Santos Repetto (Equador), Julio Lampell Adler e Arturo Juárez Juárez (México), José María Casal e Ruben Ramírez Lezcano (Paraguai), Carlos Higuera Ramos, Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), José Roberto Muinelu (Uruguai), Rodrigo Arcaya Smith, Carlos Longa González e Magdalena Simone (Venezuela), Ernesto Ferreiro Rusconi (El Salvador), Joaquín María de Aristegui y Petit (Espanha), Guillermo Estrada Strecker (Guatemala), Vasile Macovei (Romênia) e Yan A. Burlai e Andrey G. Kudelin (Rússia).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretário-Geral Adjunto: Leonardo F. Mejía.

PRESIDENTE. Bom dia, Senhores Representantes. Fica aberta a 765ª Sessão do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

... Submeto à consideração dos senhores a Ordem do Dia. Não havendo observações, APROVA-SE.

- Incorporação ao Comitê de Representantes do Excelentíssimo Senhor Embaixador Guillermo Estrada Strecker, Representante da República da Guatemala, como Observador.

O primeiro ponto é a incorporação a este Comitê do Excelentíssimo Senhor Embaixador Guillermo Estrada Strecker, Representante da República da Guatemala, como Observador.

Senhores Representantes, este Comitê tem a honra novamente de receber um distinto diplomata da irmã República da Guatemala, o Embaixador Guillermo Estrada Strecker, quem nos acompanhará a partir de hoje como Observador de seu país.

O Embaixador Estrada poderá contribuir com sua rica experiência diplomática, mesmo no plano protocolar, tão importante. Possui um importante currículo em seu país, que vai desde a medicina, a cirurgia, é médico, até sua passagem pela Universidade de Belgrano, Argentina, onde obtém o mestrado em Relações Internacionais. Grande parte, também, da vida do Embaixador Estrada transcorre na Itália, em sua Embaixada em Roma, na Santa Sé e na Ordem de Malta.

Em seu currículo lemos com beneplácito que tem trabalhado em prol da criação de instrumentos de cooperação mundial, como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e que em Buenos Aires ocupou o segundo lugar na Embaixada da Guatemala na Argentina.

O mais extraordinário, porém, é que o Embaixador Guillermo Estrada é amplamente conhecido nesta sala, pois desde sua chegada, já faz quase um ano, vem assistindo aos trabalhos regulares deste Comitê, o que demonstra que esta incorporação de hoje é meramente simbólica e que seu interesse profissional por nossos trabalhos começou desde sua chegada ao Uruguai. Quer dizer que seu trabalho vai além das questões protocolares ou cerimoniais e que poderemos contar plenamente, desde já, com a colaboração e com o apoio do Embaixador Guillermo Estrada Strecker, a quem dou as boas-vindas em nome de todos os presentes. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Em nome da Secretaria-Geral queria também dar as mais cordiais boas-vindas ao Embaixador Estrada Strecker, quem assume hoje como Observador perante esta Associação. Seu país já mantém fortes vínculos com a Associação e com vários dos países-membros. Existem diversos acordos de alcance parcial com a Guatemala, que vislumbram uma vinculação muito importante dos países-membros da Associação com esse país.

A Guatemala é Observador perante esta Associação desde 1984, e nós conhecemos a trajetória do Embaixador Estrada Strecker e estamos convencidos de que sua atuação no Comitê será muito importante para fortalecer os vínculos entre seu país e esta Associação.

Senhor Embaixador Estrada, não é necessário dizer-lhe que estamos a sua inteira disposição para, desta maneira, fortalecer os laços entre seu país e a Associação Latino-Americana de Integração. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Com muito prazer dou a palavra ao Excelentíssimo Senhor Embaixador Guillermo Estrada Strecker, Representante Observador da República da Guatemala.

Representação da GUATEMALA (Guillermo Estrada Strecker). Obrigado, Senhor Presidente, por suas palavras de sincero afeto. Agradeço também ao Secretário-Geral e também por autorizar-me a pronunciar algumas palavras nesta ocasião, que não posso deixar de aproveitar.

Senhor Presidente, Embaixador Carlos Higuera, Senhor Secretário-Geral, Embaixador Francisco Rojas Penso, Senhor Secretário-Geral Adjunto, Senhores Representantes Permanentes, Senhores Observadores, senhoras e senhores, ao assumir hoje como Representante Observador da Guatemala desejaria manifestar-lhes quanto me honra participar deste foro de integração latino-americana.

Quero, em primeiro lugar, parabenizar os países-membros pelo fato de ter a Associação cumprido 20 anos e sete meses de intenso trabalho, verdadeiro modelo de vontades e de ação e inter-relação dos países.

Os centro-americanos temos buscado as principais vias de integração porque compreendemos que somente unidos poderemos avançar neste mundo globalizado. Contudo, somos conscientes de que devemos sofrer e superar grandes desafios na

busca de uma paz firme e duradoura. A Guatemala a conseguiu depois de 35 anos de confrontação. Fomos criadores do primeiro mercado comum nos anos 60, mas várias vicissitudes - a crise do petróleo, os terremotos da Guatemala e da Nicarágua e, logicamente, a confrontação armada - impediram-nos continuar o que com tanto esforço tínhamos alcançado. Foi então que compreendemos que era necessário, antes de mais nada, conseguir a paz e fortalecer a democracia para, depois, enveredar pelo caminho do desenvolvimento.

A região aponta hoje para a superação de fragilidades e para o constante fortalecimento dos mecanismos e das oportunidades de uma democracia não concebida apenas em termos de direitos civis e políticos, mas também de direitos econômicos, sociais e culturais. Sem fortalecer a democracia e o estado de direito não será possível aspirar a um desenvolvimento sustentável e perdurável.

Senhor Presidente, a América Central visualiza seu processo de integração como ferramenta essencial a serviço de seu desenvolvimento e como complemento dos esforços nacionais para garantir o progresso social, econômico e ambiental. A integração é uma das áreas prioritárias de ação, essencial para atingir o objetivo central, definido como o melhoramento da qualidade de vida dos habitantes da região, criando políticas de população que permitam melhorar as condições de vida dos grupos mais vulneráveis, políticas que contribuam para reduzir a exclusão e promovam a participação de toda a população dos benefícios do desenvolvimento.

Na Reunião de Cúpula do Milênio, das Nações Unidas, realizada em setembro de 2000, a América Central aderiu com entusiasmo às expressões contidas na Declaração e adotou como próprias - para o desenvolvimento nos próximos vinte anos - a erradicação da pobreza, a diminuição do analfabetismo, a maior abrangência dos serviços básicos e habitacionais, bem como o cumprimento em todos os países do decidido nas convenções internacionais sobre igualdade de gênero e sobre a diminuição das iniquidades relacionadas com a incapacidade, as etnias, a cultura, sem esquecer a importância de pôr em vigência os direitos da infância.

Tenho a convicção de que nestes esforços centro-americanos contamos com o apoio dos países-membros da ALADI. Na Guatemala estamos conscientes da valiosa ajuda que nos dá a ALADI para fortalecer as negociações e o comércio entre os países-membros e os países da América Central e do Caribe, ao amparo do Artigo 25 do Tratado de Montevideu 1980. No contexto do comércio, o mais recente foi o Tratado de Livre Comércio entre o México e o Triângulo Norte da América Central, El Salvador, Guatemala e Honduras, assinado em fevereiro de 2001.

Senhor Presidente, por enquanto seremos atentos observadores do que acontece na América do Sul, propondo uma posição conjunta, que seja a expressão de um mercado de livre comércio, para o qual estão negociando intensamente os grupos sub-regionais, a Comunidade Andina das Nações e o MERCOSUL, avançando firmemente perante a necessidade de negociar com o Norte, que incluirá também a América Central no processo de integração, onde certamente nos encontraremos na ALCA. Obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Embaixador. Tomamos nota de suas palavras e agradecemos suas expressões de apoio para à ALADI. É nosso desejo que

brevemente a Guatemala possa participar como país-membro. É o melhor dos sonhos que poderíamos ter agora, ao apresentá-lo como Observador. Muito obrigado.

- Incorporação ao Comitê de Representantes do Excelentíssimo Senhor Embaixador Yan A. Burliy, Representante da Federação da Rússia, como Observador.

... O Embaixador Yan A. Burliy assume agora como Representante Observador da Federação da Rússia.

Ao apresentar suas credenciais, o Embaixador Burliy relevou a importância que seu país atribui ao processo de integração latino-americana, notadamente aos trabalhos da ALADI na busca de seu objetivo superior. Honra-nos imensamente que o Embaixador Burliy nos acompanhe em nossos trabalhos. Poderá apreciar como doze países, reunidos ao amparo do Tratado de Montevideu 1980, buscamos nosso desenvolvimento através de um comércio livre e de uma cooperação horizontal, sem exceções de nenhuma espécie.

O currículo diplomático do Embaixador Burliy nos exhibe seu traço latino-americano, sendo que sua carreira iniciou-se no Uruguai e na Venezuela, para chegar em 1993 a seu Embaixador de seu país na República Argentina até 1996. Não podemos, então, pedir uma pessoa que tenha mais conhecimentos das questões da América Latina na Chancelaria da Rússia. Seja bem-vindo, Embaixador Burliy. Contamos com seu apoio em nossos trabalhos. Ofereço a palavra ao Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Quero dar, em nome da Secretaria-Geral, as mais cordiais boas-vindas ao Embaixador Burliy, que hoje assume como Observador de seu país no Comitê de Representantes. Como dizia o Senhor Presidente, o Embaixador Burliy é uma pessoa estreitamente vinculada com as questões da América Latina, com as relações de seu país com nossa região. Temos certeza de que sua atividade como Observador será suficientemente ativa como para aumentar as relações entre a Associação e seu país.

Temos a convicção de que este tipo de ações não apenas permitirá o fortalecimento dessas relações, mas contribuirá também a projetar nossa Associação para outras latitudes com as quais, embora alheias geograficamente, unem-nos estreitos laços de amizade e, eventualmente, de relações muito mais profundas que no passado.

Em nome da Secretaria-Geral dou também as mais cordiais boas-vindas ao Embaixador Burliy, desejando-lhe muitos êxitos em seu desempenho como Observador no comitê de Representantes. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Ofereço a palavra ao Senhor Embaixador Burliy.

Representação da RÚSSIA (Yan A. Burliy). Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, Senhores Representantes, senhoras e senhores, ao assumir hoje como Representante Observador da Rússia na ALADI quero expressar meus agradecimentos por suas palavras e assegurar a todos os presentes que não pouparei esforços para colaborar no processo de integração dos países da América Latina em todas as áreas.

A política exterior da Rússia está voltada para a construção de um novo ordenamento mundial multipolar, e temos a certeza de que a América Latina tem um enorme potencial para se tornar um pólo de influência neste mundo, que hoje está a se formar. Nosso país, como disse ontem o Presidente Putin em sua mensagem à Assembléia Federal da Federação da Rússia, integra-se mais e mais com a economia mundial, e frisou que devemos pôr mais energia em nossas relações com as estruturas internacionais. Quero garantir aos senhores que sou portador dessas novas energias, e minha intenção é contribuir de maneira palpável com o processo de integração da América Latina, cujo instrumento eficaz tem sido e será a ALADI.

Espero contar com sua ajuda para o desenvolvimento da cooperação mutuamente vantajosa entre a Rússia e os países da América Latina em todas as áreas, mas quero salientar que gostaria de sublinhar nossa cooperação em matéria científica e tecnológica, pois estou certo de que justamente este campo contém uma chave para a porta que comunicará os países de todo o mundo com o desenvolvimento frutífero de todas as economias no Século XXI.

Minha intenção é criar um programa concreto de cooperação da Rússia com a ALADI em matéria de ciência e tecnologia, estudando em primeiro lugar as possibilidades de contribuir para a transferência da tecnologia de ponta, da Rússia para a América Latina.

Agradeço a atenção dos senhores e volto a garantir-lhes que tratarei de fazer tudo quanto depende de mim, de nossa Embaixada, de nossos funcionários, para a consolidação de nossas relações e para alcançar resultados práticos da parceria da Rússia como país Observador na ALADI. Obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Embaixador, por suas palavras, mormente aquelas que falam de sua abertura e do apoio aos nossos trabalhos, bem como de sua insistência no tema da cooperação científica e tecnológica, de uma cooperação estável e formal, com base em uma proposta de projeto de programa de cooperação Rússia-ALADI, que logicamente apreciaríamos como valiosa contribuição para nosso organismo. Seja bem-vindo, Senhor Embaixador.

2. Assuntos em pauta.

... Continuamos com a ordem do dia. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral para que nos informe sobre os assuntos em pauta.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Os assuntos em pauta estão em poder dos Senhores Representantes no documento que tradicionalmente lhes é entregue em cada sessão do Comitê.

1. Delegação Permanente do Brasil. Nota Nº 040, de 16.III.1001.

Envia, em anexo, cópia do Decreto Nº 3.773, de 14.III.2001, através do qual coloca em vigência o Vigésimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 18, assinado entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1228.

2. Representação Permanente do Equador. Nota Nº 14/2001, de 12.III.2001.

Envia, em anexo, cópia dos Decretos Executivos Nos. 1.294 e 1.298, de 2.III.2001, que colocam em vigência o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica Nº 46, assinado entre Cuba e o Equador, e o Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 32, entre o Chile e o Equador, relacionado com o Regulamento sobre Procedimentos para a Solução de Controvérsias.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1224.

3. Contribuições recebidas para o orçamento da Associação:

Brasil: US\$ 919,340, 00, pagamento de sua contribuição pelo ano 2001.

Colômbia: US\$ 22.000,00 como parte da quota correspondente a 2001.

4. Secretaria de Estado das Relações Exteriores da República Dominicana. Nota DE.CEO 2001-2136, de 20.III.2001.

Informa que a Senhora Embaixadora Jeannette Guzmán Sánchez foi designada para desempenhar o cargo de Observador junto ao Comitê de Representantes.

5. Definição de uma estratégia para a preservação das preferências intra ALADI no acordo que criaria a ALCA (ALADI/SEC/Estudo 132).

6. Defesa do consumidor. Foro Euro-Latino-Americano de Proteção ao Consumidor (ALADI/SEC/di 1484).

7. Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica Nº 37, assinado entre o México e a Guatemala ao amparo do Artigo 25 do Tratado de Montevideu 1980 (ALADI/AAP.CE/A25TM/37).

Cabe salientar, em primeiro lugar, a contribuição do Governo do Brasil pela quantia de US\$ 919.340,00, correspondente ao pagamento total de sua contribuição para a Associação durante o ano 2001. Agradecemos à Delegação do Brasil e, por seu intermédio, ao Governo do Brasil o apoio que dá à Associação no desenvolvimento de suas atividades e o oportuno pagamento de sua contribuição.

Queremos comunicar também que na semana passada, como tínhamos informado extraoficialmente na Comissão de Orçamento, o Governo da Colômbia enviou US\$ 22.000,00 como pagamento de parte de sua contribuição pelo ano 2001. Agradecemos à Representação da Colômbia e, através dela, ao Governo de seu país a contribuição feita em favor da Associação.

Recebemos, Senhor Presidente, uma nota da Secretaria das Relações Exteriores da República Dominicana, comunicando a designação da Senhora Embaixadora Jeannette Guzmán Sánchez para desempenhar o cargo de Observador no Comitê de Representantes. Coordenaremos com a Embaixadora Jeannette Guzmán Sánchez sua oportuna incorporação a este Comitê.

Devo salientar, ainda, Senhor Presidente, uma comunicação da Administração Nacional de Educação Pública do Uruguai, noticiando-nos que o Conselho Diretivo Central declarou de interesse o programa "A ALADI... conta estórias", para todos os estudantes de todas as escolas públicas de ensino primário e dos centros docentes dos Conselhos de Educação Secundária e Técnico-profissional.

Para finalizar, Senhor Presidente, depois de ter publicado o documento contendo os assuntos em pauta, ontem distribuimos a Proposta 230, que convoca a Trigésima Sétima Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários, prevista para os dias 24 e 25 de maio deste ano na cidade do Rio de Janeiro. Na próxima sessão submeteremos à consideração dos Senhores Representantes o projeto de acordo contido na proposta que mencionei. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

3. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento (ALADI/CR/dt 158)

... Passamos ao seguinte ponto da ordem do dia. Ofereço a palavra ao Embaixador Rodrigo Arcaya, Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado, Senhor Presidente. Os senhores têm em seu poder o relatório que lhes entregamos de forma antecipada. Simplesmente quero chamar a atenção para algumas questões contidas nesse documento.

A Comissão de Orçamento analisou quatro assuntos. O primeiro, a alocação dos recursos financeiros do item 2.8, isto é, as atividades por programar e a Atividade I-3 do Orçamento por Programa do ano 2001. São, basicamente, os assuntos que ficaram sem o orçamento programado, que esta Comissão levou em consideração e que se resumem em uma proposta ao Comitê, projeto de acordo, que dá os recursos financeiros a estes itens no Projeto de Orçamento 2001, à consideração dos senhores. Assim foi submetida essa proposta na Comissão de Orçamento, sendo aprovada por todos os assistentes.

O segundo assunto foi a situação financeira da Associação até 31 de dezembro de 2000 e as despesas orçamentárias do período janeiro-dezembro 2000. Aí houve um intercâmbio de opiniões sobre todos os elementos desta análise, contando-se com o esclarecimento da Secretaria.

Quero frisar um tema que me chamou muito a atenção, que não é novo, mas minha opinião é que se deve repetir e insistir nisso: a ALADI vem administrando-se com uma dívida superior a 80% do orçamento, por causa do atraso nos pagamentos por parte dos países-membros. Por este motivo apelo aos países-membros para que cumpram oportunamente seu compromisso com o orçamento da Associação.

O terceiro assunto foi um relatório sobre os trabalhos de restauração da sede. A Secretaria expôs os avanços e a situação em que se encontram esses trabalhos. Muitos de nós podem constatar-los.

Finalmente, a situação financeira da Associação até 28 de fevereiro de 2001 e o movimento realizado no mês de janeiro. A esse respeito não houve observações, pelo qual somente tomamos conhecimento de que tudo vem sendo feito de acordo com o programado.

De maneira, Senhor Presidente, que nos resta submeter à consideração do Comitê o projeto de acordo para a aplicação dos recursos financeiros do item 2.8 e a Atividade I-3 do Orçamento por Programa para o ano 2001. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Vê-se que Vossa Excelência se iniciou na Comissão de Orçamento com muito ímpeto e já com grande conhecimento da realidade orçamentária da Associação. Submeto a consideração o projeto de acordo "Alocação de recursos financeiros do item 2.8 para a Atividade I-3 do Orçamento por Programas do ano 2001". Há alguma observação a respeito deste projeto de acordo? Não havendo, consideramos aprovado este projeto. O acordo terá o número 236. Obrigado, Senhores Representantes.

4. Implementação da Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros.

- Definição dos termos de referência para as reuniões de Consulta e Avaliação (Tema 6) e dos Expositores (Temas 4 e 6).

Passamos ao tema seguinte, implementação da Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros.

A Presidência se apraz em submeter a consideração o documento que contém os termos de referência do Tema 6, Funcionamento da ALADI, e seu aperfeiçoamento, já distribuído, depois que a reunião de Chefes de Representação, de 21 de março, e a de hoje discutiram com base no documento inicial apresentado pela Mesa e graças a uma excelente proposta argentina. Esse documento teve algumas modificações, que foram ampliadas por outras Representações. Submeto à consideração dos senhores esse documento, bem como os termos de referência do Tema 6. Se não houver observações, ficará aprovado.

O seguinte assunto, dentro deste ponto da ordem do dia, tem a ver com os expositores para os Temas 4, 5 e 6. Para o Tema 4 foram designados o Embaixador Julio Lacarte Muró e o Doutor Alberto Zelada, com os quais hoje mesmo nos comunicaremos para definir com eles a data para o tratamento do Tema 4, Processo de Integração Regional e seu relacionamento externo com a ALCA, a OMC e outros acordos. Para o Tema 5 foi designado o Senhor Carlos Palacios, quem será convocado também hoje para determinar uma data. Temos também para nossa consideração o Senhor Pablo Lucio Paredes, com quem nos comunicaremos, igualmente, se for necessário. Para o Tema 6 temos dois expositores: os Senhores Jorge Campbell e Allan Wagner. Submeto a sua consideração estes nomes. Se não houver observações serão aprovados, desde que eles aceitem, logicamente.

5. Apresentação do Estudo "Definição de uma estratégia para a preservação das preferências intra ALADI no acordo que criaria a ALCA" (ALADI/SEC/Estudo 132).

Passamos ao seguinte ponto da ordem do dia. Ofereço a palavra à Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Dando cumprimento ao Programa de Atividades da Associação para este ano, dia 26 de março distribuímos o Estudo 132, "Definição de uma estratégia para a preservação das preferências intra ALADI no acordo que criaria a ALCA".

O estudo compreende três capítulos, sendo que o primeiro deles aborda a problemática que representaria a criação da Área de Livre Comércio das Américas para a preservação das preferências tarifárias pactuadas no contexto da Associação, que se traduz em quais são os requisitos que haveria que cumprir para que a ALADI seja uma ALCA plus. Todos os senhores estão cientes de que, consoante combinado na área da ALCA, sobreviverão aqueles acordos que ultrapassarem os compromissos assumidos em nível hemisférico.

Para atingir os objetivos deste primeiro capítulo são analisados os diferentes acordos assinados na Associação, notadamente aqueles chamados de "terceira geração", sendo constatadas suas insuficiências, ao mesmo tempo em que são propostas algumas ações para aprofundá-los.

Da mesma forma, este capítulo contém uma análise preliminar - visto que deveremos aprofundá-la - sobre o impacto, do ponto de vista comercial, da eventual criação da ALCA no comércio no contexto da Associação, explicado, entre outros fatores, pelos acordos assinados ao amparo do Tratado de Montevideu 1980.

O segundo capítulo tem a ver com as tendências das negociações que vêm realizando os nove grupos negociadores e, logicamente, das instâncias políticas, neste caso, do Comitê de Negociações Comerciais, formado em nível de vice-ministros de todos os países do hemisfério. Assinam-se, ainda, os riscos e as oportunidades que decorreriam desses grupos de negociação para a preservação das preferências pactuadas na ALADI.

O último capítulo faz referência às conclusões e recomendações, na medida em que acrescentamos como apêndice uma resenha das posições apontadas pelos principais atores que participam do processo de negociações no hemisfério. Senhor Presidente, vou referir-me, basicamente, ao terceiro capítulo, conclusões.

Também dividimos as conclusões em cinco partes, sendo a primeira a relacionada com as conseqüências das negociações da ALCA. Evidentemente, há uma primeira conseqüência, que advém claramente do que denominamos a sobredeterminação da rede de acordos da ALADI, ao extrapolá-los para trinta e quatro países do hemisfério. Isto leva, adicionalmente, a uma reflexão de caráter político, que não consta do documento em poder dos senhores; é simplesmente um acréscimo e se relaciona com o fato de que um dos países-membros da ALADI não tem participado das negociações hemisféricas.

Da mesma forma, segundo programado e conforme se espera, as expectativas a respeito da criação da ALCA, ao prosseguir com a criação de uma zona de livre comércio, ao estilo dos acordos de nova geração assinados na ALADI, que também constituem o paradigma que inspirou o Tratado de Livre Comércio da América do Norte e, de alguma forma, o Tratado de Livre Comércio entre o Chile e o Canadá, bem como o Tratado de Livre Comércio da União Européia e o México, são que esta zona de livre comércio concorrerá diretamente com o que nós estamos fazendo no âmbito latino-americano.

A segunda parte refere-se às fortalezas e fraquezas dos acordos da ALADI, o que evidencia uma grande preocupação. Quando apresentamos o Documento 428, que serve de base para a elaboração dos trabalhos apontados na Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros, assinalamos a necessidade de uma definição política di-

retamente relacionada com o futuro da Associação. Avançado já o processo da ALCA, perguntamos: o que vamos fazer com nossa Associação?

Esse é nosso grande desafio. Face esse desafio, o primeiro que deveríamos dizer é que, evidentemente, os mecanismos tradicionais de negociação implementados mostram um esgotamento, o que leva, justamente, a umas negociações de amplo espectro e de grande alcance, que permitem incorporar todo o universo tarifário ao processo de liberalização, com uma agravante adicional, que paulatinamente denota também, pelo menos na região latino-americana, o abandono do princípio dos tratamentos diferenciados. Na ALCA, todavia, os países latino-americanos estão tentando manter um tratamento especial para o tema das assimetrias, como veremos mais adiante.

No plano das fortalezas e fraquezas dos acordos da ALADI, é evidente que a concorrência dos acordos da ALADI adquire maior importância em comparação com o acordo que seria assinado para criar a ALCA, como corolário das próprias dificuldades que mesmo nós estamos vivendo na Associação para avançar em um programa voltado para a articulação e convergência dos acordos bilaterais e sub-regionais criados ao amparo do Tratado de Montevideu 1980 ou paralelamente ao Tratado. Isto chama poderosamente a atenção porque provavelmente, então, a convergência e a articulação dos acordos seriam feitas através da ALCA e não como uma ação no contexto da Associação. Existem, porém, alguns elementos que nos permitem ser otimistas. Para distinguir entre o acordo da ALCA e os acordos latino-americanos é necessário, por um lado, acelerar os programas de liberalização previstos nos acordos e não apenas acelerá-los, mas promover a incorporação das exceções ainda existentes em vários desses acordos bilaterais ou sub-regionais que, aliás, representam um comércio muito importante, que não tem sido favorecido com as preferências pactuadas nos diversos acordos assinados na Associação.

Existe, ainda, outra fraqueza que devemos reconhecer: a ausência de normas de tipo comercial. Em muitos dos acordos bilaterais, principalmente, contempla-se uma infinidade de normas, mas grande número delas é exclusivamente preceptiva ou enunciativa, sem ser levada à prática. No plano regional, nós conhecemos as falhas que temos em matéria normativa.

A terceira parte, a que nos referimos nas conclusões deste documento, tem a ver com os impactos comerciais; os impactos aqui analisados são fundamentalmente de caráter preliminar, visto estar previsto um trabalho voltado a aprofundar mais ainda o estudo que ora estamos apresentando. Contudo, surgem desta análise preliminar algumas conclusões que importa levar em conta no momento de negociar a ALCA.

A primeira delas se refere à necessidade de preservar as preferências para os produtos manufaturados da região. O comércio intra-regional, em uma elevada percentagem, quase 70%, é realizado com base no intercâmbio de manufaturas. Depois de assinada a ALCA, as preferências com que se favorece o comércio de manufaturas na região enfrentaria diretamente as preferências que seriam pactuadas em favor das manufaturas dos países desenvolvidos do hemisfério.

Não parece muito claro nem muito preciso, por outro lado, que as exportações de manufaturas regionais ingressem facilmente nos mercados dos países desenvolvidos, não só pelas condições de acesso em termos de preferências tarifárias ou, talvez, por restrições não-tarifárias, mas também por problemas de concorrência dos produtos. Poderia apresentar-se também um problema de

marginalização de provedores. Neste momento, como dizíamos, o comércio latino-americano nutre-se fundamentalmente do intercâmbio de manufaturas, e uma abertura indiscriminada em favor dos países desenvolvidos do hemisfério poderia conduzir a uma marginalização dos provedores, o que estaria pondo as bases de um desvio de comércio, em detrimento dos provedores latino-americanos frente aos países desenvolvidos do hemisfério.

Obviamente, surgiria a expectativa de melhorar as condições de acesso aos mercados dos dois países desenvolvidos do hemisfério se fosse possível eliminar máximos tarifários ou que efetivamente houvesse uma eliminação real das restrições não-tarifárias que aplicam esses países ao comércio ou às exportações dos países latino-americanos.

Uma quarta seção deste trabalho que estamos apresentando para sua consideração faz referência aos riscos e oportunidades que se apresentam na negociação. É evidente que o alvo desta negociação, perante a criação de uma área de livre comércio, aponta fundamentalmente a outorgar transparência ao comércio e, como em qualquer negociação deste tipo, surgirão três elementos condicionantes para que essa negociação seja efetivamente válida para todas as partes. Por um lado, haverá que levar em conta um efeito de administração do comércio; nem todo o comércio pode ser liberalizado plenamente; há que levar em conta que esta criação da área de livre comércio condicionará necessariamente a compatibilização de algumas regulações econômicas internas, que haverá que modificar algumas disposições para dar cumprimento a essas exigências. Finalmente, é mister buscar fórmulas que permitam fazer frente, com certa margem de tolerância, às assimetrias de desenvolvimento existentes entre todos os países do hemisfério.

Tudo isso apresenta exigências muito grandes para os países participantes desta negociação. Estas exigências passam, em primeiro lugar, por uma clara identificação dos interesses nacionais sobre o que se espera desta negociação. Uma identificação em positivo, mas também em negativo, expressa em termos do custo que estamos dispostos a assumir para participar dentro, não somente do processo negociador, mas, eventualmente, dentro da Área de Livre Comércio das Américas. Tudo isso acarretará o desenvolvimento de uma capacidade adicional por parte dos países latino-americanos, relacionada com a sistematização de sua negociação com propostas de longo alcance. Isto não é uma negociação que concluirá amanhã. Portanto, é necessário que estas propostas tenham uma consistência no decorrer do tempo, o que também, de alguma forma, encerra a necessidade de que os Estados e as pessoas continuem participando das negociações.

Este processo de negociação da ALCA requererá uma compatibilização entre as preferências que tiverem sido pactuadas dentro da América Latina vis-à-vis e as negociadas no processo da ALCA. Também será necessário, e todos os senhores estão cientes dessa necessidade, adequar às normas multilaterais em vigor no âmbito da OMC as normas que forem aprovadas no contexto da ALCA.

Nesse trabalho fazemos o exercício sobre alguns aspectos que vêm sendo tratados em alguns dos grupos negociadores mais relevantes. O primeiro deles se refere ao ingresso nos mercados; obviamente é o tema que mais chama a atenção e pode ver-se como a discussão se focaliza no tema da preeminência, diretamente relacionada com a sobrevivência e com o nível de profundidade dos acordos, com tudo aquilo cujo nível de profundidade seja inferior à ALCA. Não sobreviverá ao acionar no contexto hemisférico.

Em matéria de investimento, a necessidade de determinar normas suficientemente eqüitativas que, por um lado, contenham a possibilidade de deslealdade que possa existir em matéria de captação de investimentos, mas também um elemento muito importante, que são as distorções que surgem em matéria de investimentos como consequência das estratégias corporativas e que também influem diretamente na possibilidade de determinar essas normas eqüitativas. Tudo isso porque, independentemente dos incentivos que forem concedidos, haverá que levar em conta também que esses incentivos serão influenciados pelas estratégias das empresas transnacionais. Por outro lado, não esqueçamos o peso, tanto quantitativo como qualitativo, do comércio intra firma dentro de nossa região latino-americana.

Em matéria de liberalização do comércio de serviços, evidentemente será muito difícil que os países latino-americanos concorramos em um avanço acelerado do processo de liberalização que for pactuado na ALCA. É verdade que tanto o MERCOSUL como a Comunidade Andina criaram um acordo base para a liberalização do comércio de serviços e, igualmente, em vários dos acordos bilaterais ou plurilaterais também foram incluídas estas normas, embora seja verdade também que o avanço conseguido é pequeno. É muito provável que o avanço na liberalização do comércio de serviços seja muito acelerado na ALCA. Eventualmente, isso representará um desafio de bastante risco para preservar preferências em favor da América Latina nesse campo. Entretanto, existem ações, que indicaremos no final desta intervenção, que poderiam desenvolver-se no âmbito latino-americano.

No que tange às compras do setor público, também se apresenta o tema da eqüidade. Não se trata apenas de temas de preferência, mas de manter certos requisitos de performance mais favoráveis aos países latino-americanos perante a eventual participação nesse campo dos países desenvolvidos. É evidente que se os países latino-americanos concorremos vis-à-vis com os Estados Unidos e com o Canadá, nas mesmas condições que eles têm estabelecidas nos níveis de qualidade, abastecimento e preço de suas produções, nem mesmo as preferências tarifárias poderão influir sobre a possibilidade de atender as compras dos Estados com bens ou serviços latino-americanos.

Finalmente, outro problema que chama muito a atenção é o tema da propriedade intelectual, onde evidentemente há ou subjazem muitos problemas. Quando falamos de propriedade intelectual estamos falando, francamente, do tema da transferência de tecnologia, e aí vemos algumas dificuldades para chegar a uma OMC plus no contexto da ALCA. Obviamente, a natureza do tema e os desequilíbrios existentes no hemisfério abrem uma porta para, talvez, manter como compromisso máximo o já estabelecido na OMC, que, aliás, tem causado muitas dificuldades para os países latino-americanos no cumprimento do decidido na Rodada Uruguai.

Para resumir, Senhor Presidente, e é a última parte que abordamos neste primeiro documento de trabalho sobre a ALCA, quero manifestar que o grande desafio de preservar nossa identidade, preservar a identidade da ALADI, e mesmo a identidade latino-americana, inclusive em termos culturais, passa por uma combinação de fatores. Esta combinação de fatores se inicia com a necessária aceleração, por um lado, das negociações em andamento e com a aceleração desse processo de negociações, notadamente as relacionadas com a Comunidade Andina e o MERCOSUL e com o México e o MERCOSUL. Por outro lado, inicia-se com o aprofundamento dos acordos. Torna-se necessário, então, fazer frente a um trabalho bastante acelerado quanto à liberalização do comércio de bens e serviços, mormente

de bens, com a incorporação de um grupo de produtos que ainda não se beneficiam das preferências pactuadas nos diversos acordos parciais.

Avançar em temas de normas complementares de comércio em tudo aquilo que se relaciona com anti-dumping e os subsídios tem grande transcendência porque, se não se obtém um acordo firme na ALCA, é muito provável que devamos enfrentar, agora sim, de forma coletiva e não individualmente, como tem sido tradicional, a unilateralidade com que os países desenvolvidos do hemisfério, especialmente os Estados Unidos, aplicam com absoluta liberdade as normas anti-dumping e os direitos compensatórios quando se presume alguma modificação nas condições de concorrência de alguma exportação latino-americana.

Haveria que rever o tema da agricultura, avançar nos acordos nessa matéria, em compras do Estado e, finalmente, no tema das políticas de concorrência. Isto é muito importante porque esta questão, com o tempo, pode substituir as normas clássicas de anti-dumping e de subsídio, sobre as quais não existe um tratamento nos acordos, sejam eles regionais ou parciais.

Para finalizar, devo fazer referência ao tema das assimetrias. Tudo parece indicar que esta matéria será tratada na ALCA através das tradicionais "medidas compensatórias" de maior prazo, e já conhecemos os magros resultados que obtemos quando tratamos as assimetrias através dessa via. Nossa opinião é que nesta área haveria que aprofundar mais ainda o tratamento na negociação hemisférica e avançar para ações que efetivamente contribuam para uma maior participação de nossos países nesse processo de negociação, cujo ponto culminante será sexta-feira próxima, com a reunião de Ministros em Buenos Aires e, posteriormente, dia 20 deste mês em Quebec, na Terceira Reunião de Cúpula Hemisférica de Presidentes.

Senhor Presidente, em termos gerais, esse é o conteúdo do estudo que estamos submetendo à consideração de todos os senhores. Consideramos que este estudo chega em um momento muito oportuno. É muito rico em conteúdo e serve de base para iniciar um amplo diálogo sobre um tema que, sem dúvida, é prioritário na agenda de todos nossos países. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral, por sua ampla e pormenorizada exposição e explicação do Estudo 132, que, a meu ver, tem um conteúdo de muita transcendência para os países-membros. Tenho a certeza de que nossos Governos o lerão com grande atenção. Desejaria dar a palavra para que opinem sobre este documento. Tem a palavra o Senhor Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Obrigado, Senhor Presidente. O Equador foi um dos países que solicitou a incorporação deste importante estudo ao Programa de Atividades da ALADI. Ele já está em nosso poder e foi enviado a nosso país. Os senhores sabem que o Equador assumirá a presidência da ALCA dentro de poucos dias. Este documento é de vital importância e servirá para orientar os trabalhos de nosso país à frente da ALCA. Por isso quero parabenizar a Secretaria-Geral e congratular-me também com o Secretário-Geral Adjunto, Doutor Mejía, coordenador deste importante trabalho. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Senhor Presidente, também quero aderir aos parabéns dados aos coordenadores deste estudo, pela iniciativa da Secretaria, que tomou com entusiasmo e com profissionalismo esta recomendação do Plano de Atividades.

Devo dizer que, junto com enviá-lo a nossas autoridades, estamos avaliando o documento para poder contribuir com algum ponto de vista em uma futura sessão do Comitê de Representantes, onde sejam analisados estes temas. Uma dessas oportunidades será quando o Comitê, dentro das sessões de avaliação e consulta que estamos realizando, incorporar este assunto, como vimos hoje pela manhã. Além disso, provavelmente esta seja uma das questões que deveríamos manter permanente-mente no debate e na análise; como foi insinuado aqui, o Comitê poderia, de forma regular, além das sessões habituais para tratar os temas que chamaremos, sem ser pejorativos, de rotina. Façamos também algumas sessões para ir analisando temas relevantes e emergentes. Assim propuseram oportunamente algumas Representações. Meu parecer é que este é um dos temas que requererá permanentemente nossa atenção. Portanto, é um ponto de partida fundamental.

Não opinarei sobre o documento em si, da proposta e da explicação do Secretário-Geral. Temos algumas idéias muito claras sobre quais são os núcleos duros da negociação com a ALCA. Dentre elas, a que mencionou, o tema da aplicação da legislação anti-dumping, dos Estados Unidos, que justamente nestes dias novamente vem afetando produtos chilenos. Como os senhores sabem, existe uma demanda de produtores da Califórnia, perante um tribunal local, por um suposto dumping de uvas chilenas. Os senhores têm conhecimento de que nossas exportações de uva para os Estados Unidos são por um valor de US\$ 500 milhões de dólares ao ano. Somente nesse item somos o principal exportador para os Estados Unidos. Por conseguinte, se isto prosperar, poderemos sofrer um forte impacto. Nós estamos tomando as providências pertinentes; felizmente temos, graças à experiência com o salmão, faz três anos, um dispositivo de alerta rápido e, ao mesmo tempo, para usar a mesma terminologia de intervenção rápida, que consideramos de caráter humanitário, porque nos afetará em áreas sensíveis como o emprego, especialmente dos trabalhadores agrícolas. Por conseguinte, esse será um núcleo muito difícil de negociar. Não tem sentido pactuar acordos sobre temas tarifários se vamos ter a espada de Dâmocles de uma legislação unilateral. Enfim, opino que isto é muito motivador e, como digo, estamos sendo afetados em questões muito específicas e concretas. E é o que deveremos negociar. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muinel). Obrigado, Senhor Presidente. Aderimos também ao reconhecimento à Secretaria-Geral pela orientação que deu a este documento e aos Consultores Da Motta Veiga e Halperin por sua contribuição.

Senhor Presidente, queremos informar que enviamos este documento às mais alta autoridades do país, com caráter reservado e restringido, como veio oportunamente, para que seja um documento orientador que proporcione elementos, pelo menos para nosso país, nas negociações no contexto da ALCA e que servirão também para dar certas orientações ao processo de integração que nos une através do Tratado de Montevideu 1980. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Da mesma forma que outras Representações, nossa Delegação desejaria frisar a qualidade deste estudo, que parece constituir um exemplo da contribuição que a ALADI pode proporcionar para os efeitos destes debates, muito oportunos, em torno do processo hemisférico e de suas possíveis conseqüências para o conjunto de acordos amparados pelo Tratado de Montevideú.

Como outros Representantes, tenho certeza de que, pela atualidade do tema e pela solidez da argumentação e dos dados apresentados, esse estudo será cuidadosamente examinado em nossas capitais e, como já foi feito, deverá servir de insumo na adoção de nossas posições nacionais nesta negociação que futuramente começará sobre a ALCA.

Quanto à substância do documento, eu queria chamar a atenção especialmente para as conclusões, páginas 78 e 79. Consideramos que merecem especial atenção de nossos Governos, levando em conta o que dizem os consultores: "seria irrealista trabalhar com a hipótese de uma convergência dos acordos da ALADI, atendendo à diversidade de esquemas bilaterais e sub-regionais de liberalização vigentes, bem como à idéia da adoção de disciplinas regionais ALADI". E o documento prossegue: "parece mais profícuo explorar a hipótese de que possa haver o aprofundamento a partir dos acordos já existentes, etc. e de que outros sejam assinados no futuro, especialmente do MERCOSUL com a Comunidade Andina" Como o Secretário-Geral, eu acrescentaria entre o MERCOSUL e o México.

Parabenizamos a Secretaria pelo documento, pelas conclusões e por várias avaliações e comentários que faz. Minha opinião é que este é um dos melhores estudos distribuídos pela Secretaria nos últimos tempos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Cedo a palavra ao Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Obrigado, Senhor Presidente. Francamente estamos perante um bom estudo, que deve ser ressaltado, apesar do escasso tempo que tivemos para analisá-lo e enviá-lo a nossas capitais. Deve-se lembrar que este estudo foi solicitado formalmente pelo setor privado argentino, nem sequer pelo Governo argentino, e depois, como disse o Representante do Equador, teve um importante impulso dessa Representação. Na verdade, é um estudo sério, é um tipo de estudo que desejaríamos receber permanentemente da Secretaria-Geral, porque pertence a esses estudos que enriquecem, que permi-tem o diálogo, que incentivam o debate, que nos defrontam com as realidades de que não gostamos, como acaba de explicar-nos o Embaixador do Chile. Este seria, portanto, o primeiro comentário.

A meu ver, devemos agradecer especialmente a três pessoas: Leonardo Mejía, Pedro Da Motta e Marcelo Halperin, que trabalharam arduamente para concluir este estudo no tempo marcado. Não era fácil, e não tinham todo o tempo. Por isso, se os senhores me permitem, desejaria agradecer aos três.

Não farei um comentário sobre o fundo da questão. Apenas farei uma sugestão. Estes temas, no meu modo de ver, estão diretamente relacionados com os temas 4, 5

e 6 da avaliação que vimos fazendo. Sei que o documento diz restringido, reservado, para uso exclusivo das Representações, mas não me parece que exista dano em darmos isto às delegações, mormente depois de ter visto por aí alguma coisa bastante pública. Por conseguinte, seria realmente de muita utilidade que os proponentes dos temas 4, 5 e 6 pudessem contar com este documento, uma vez que lhes fornecerá muito material de base para que nos ajudem em nosso trabalho. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tomamos nota de seu pedido. Aliás, parece-me que já foi feito o mesmo pedido a respeito dos outros temas. Já lhes foram entregues documentos que tinham o caráter de reservado. Não vejo inconveniente, salvo que alguns Representantes opinem diferente, em entregar este documento a estas pessoas. Ofereço a palavra ao Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Aderimos aos comentários das outras Representações, Senhor Presidente, no sentido de parabenizar a Secretaria pela qualidade técnica deste documento e o Secretário-Geral por sua extensa, aprimorada e profícua exposição. Enviamos este documento a nossa capital e sabemos que está sendo estudado exhaustivamente.

Senhor Presidente, eu considero que o caráter de reservado é para que tenha maior difusão. Nossa proposta é que este documento seja público e não vemos nenhuma observação no sentido de isto fique com o caráter de reservado. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacafior). Presidente, desde o começo eu solicitava a palavra, não somente para parabenizar a Secretaria-Geral pela oportunidade da apresentação deste documento tão importante, mas justamente para chamar a atenção para esse caráter de reservado e exclusivo, que dá uma conotação, por isso mesmo, de sua importância, para que o possamos utilizar, para que nossos próprios Governos o analisem e nos façam seus comentários, mas, Senhor Presidente, porque também me parece que este documento, como qualquer documento feito por consultores, não compromete o critério nem a posição da Secretaria-Geral.

Eu desejaria propor, Senhor Presidente, antes de que seja considerado no Comitê de Representantes, quando todas as Representações tenham as observações e comentários de seus Governos, que a Secretaria, de forma paralela, tivesse realizado uma reunião interna, de caráter técnico-profissional, que não comprometerá a posição política dos Governos, que somente a expõem no Comitê de Representantes. É tão importante o documento, que creio que a Secretaria deveria apresentar-nos um documento com conclusões e recomendações, com o mesmo caráter de reservado, porque não duvido de que este documento, junto com outros, servirá para elaborar o documento que será analisado para dar cumprimento ao disposto pela Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros.

Sem dúvida, é um documento dinâmico em conclusões, de acordo com o estado em que se encontram as negociações para a criação da ALCA. É importante, mas poderá ser atualizado, chegando até a certas recomendações em um futuro próximo; tão próximo, que não sabemos se serão mais 2, 3, 4 ou 5 anos

Senhor Presidente, eu desejaria fazer uma proposta formal - é possível que não seja a via mais usual -: que o documento seja analisado exaustivamente pela Secretaria-Geral. O Secretário-Geral fez uma magnífica apresentação deste documento, mas não nos deu o critério técnico que nos poderia advertir sobre alguns aspectos importantes que no processo de negociação deveriam ser notados por nossos Governos.

Na minha opinião, este estudo é muito útil. Por isso proponho formalmente que aqui se decida que a Secretaria-Geral faça um seminário interno, em nível técnico-profissional, e nos apresente uma documentação que oportunamente poderá ser discutida e analisada para orientar o próprio tema da documentação que vem sendo elaborada com o auxílio dos especialistas, que também nos ajudarão nos seis temas que estão tratando. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Ofereço a palavra ao Senhor Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Quanto ao documento, quero somar-me aos parabéns dos colegas Representantes a todas as pessoas que participaram de sua elaboração. Trata-se de um documento extraordinário. Através da primeira leitura podemos ver que a situação da ALCA é analisada muito profundamente

Já enviamos o documento a nossas autoridades. Para nós, trata-se também de um documento básico, como já foi dito, para o tratamento dos temas 4, 5 e 6; até mesmo para nossas reflexões sobre o futuro da ALADI, porque está muito relacionado com o futuro de nossa Instituição. Não se trata apenas de assuntos externos; isto nos leva, evidentemente, a reconsiderar nossos assuntos internos, pelo qual estamos de acordo com este documento.

No que tange à qualificação de reservado, tema levantado pelo Uruguai, para mim, o título de reservado é para que o leiam muitos. Eu o distribuiria, mas deixaria a palavra "reservado".

Quanto à proposta da Bolívia, creio que estou de acordo, entendendo que a Secretaria tem experiência técnica no assunto, como disse o Senhor Representante.

Há uma quantidade de problemas que não têm solução, como diz o documento. Seria bom que a Secretaria pudesse preparar um documento para discutir conosco sobre as diversas alternativas, hodiernamente existentes, para realizar da melhor forma possível uma negociação dentro da ALCA. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tomamos nota de sua proposta. Segundo a Presidência, importa que nós também leiamos este documento, as 162 páginas, com seus quadros estatísticos, para podermos entender depois, se continuamos adiante com o que a Secretaria nos proporá. Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (Julio Lampell Adler). Obrigado, Senhor Presidente. Por não termos disposto de suficiente tempo, ainda não pudemos ver o documento com o cuidado que ele merece. Isso sim, já o enviamos a nossas autoridades. Coincidimos com as demais Representações em que se trata de um documento importante, que deve ser levado em conta. Acreditamos, pelo que temos lido e

escutado do Senhor Secretário-Geral, que uma de suas grandes virtudes é apresentar um panorama muito realista, muito incisivo, sobre a situação da ALADI a respeito da ALCA, que nos deve fazer refletir.

Nossa primeira impressão é que seu tom é um pouco pessimista no que tem a ver com os possíveis efeitos negativos da ALCA sobre nossos países, no sentido de que dá a impressão de ser um documento para adotar uma posição de reserva perante a ALCA, sendo que sabemos que em outros foros nossos países já adotaram uma decisão de ir adiante. Consideramos que o documento e sua discussão deveriam focalizar-se também mais um pouco no que deveremos fazer se efetivamente a ALCA se concretiza, não nas razões pelas quais não deveríamos ingressar na ALCA. Dito de outro modo: se nossos países estão decididos a se integrar nesse esquema, que medidas devemos tomar na ALADI para enfrentar esta circunstância. Pelo que tenho visto, opino que o documento contém poucas sugestões a esse respeito.

Como disse, por exemplo, o Representante do Brasil, uma vez que se descarta algo que tínhamos comentado como possibilidade, a articulação, a convergência e o fortalecimento das normas regionais, o que é que nos propõe o documento: aprofundar os acordos existentes; os bilaterais ou os regionais, e talvez pouco mais do que isso.

Não entendi se o Secretário-Geral está propondo um acordo anti-dumping na ALADI, que poderia ser uma referência, face a negociação da ALCA, mas creio que esta é uma idéia por explorar. Depois destas reflexões, adiro aos parabéns à Secretaria-Geral pelo trabalho realizado.

PRESIDENTE. Obrigado. O que este documento tem de bom é que foi feito por consultores; ou seja, não significa que o que eles dizem seja a Bíblia, obviamente, mas são pontos de vista totalmente fora de nossa área, de nosso foro, e me parece que são valiosos, certamente, porque se supõe que deveriam ser objetivos. Ofereço a palavra à Representação do Peru.

Representação do PERU (Carlos Vallejo Martell). Obrigado, Senhor Presidente. Eu queria fazer-me eco dos parabéns pela qualidade técnica do documento e congratular-me com o Senhor Secretário-Geral, bem como com o coordenador Leonardo Mejía, os consultores Da Motta Veiga e Halperin pelo excelente documento, que já foi enviado a nossa capital para ser examinado minuciosamente. Ele será um elemento valioso para a reunião de Consulta e Avaliação das relações externas da ALADI.

Também quero apoiar a proposta da digna Representação do Chile para que sua discussão continue em outra sessão do Comitê de Representantes. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Peço desculpas por falar novamente, mas creio que há alguns aspectos que o tornam necessário.

O primeiro, o menor, é a questão de reservado; eu não tenho nenhuma objeção quanto a esta palavra, mas se lhe demos esse caráter, deve ser assim; se não o qualificamos como reservado, não é reservado. Considero que isto é decisão de

todos. Agora, para deixar este documento sem qualificá-lo como reservado parecem razoável deixar que em primeiro lugar o discutam no foro de empresários aqueles que o pediram, que os Governos o leiam; a partir daí poderemos suspender a qualificação de reservado e não haveria nenhum inconveniente, mas isto foi solicitado com uma finalidade específica, para uma reunião que está realizando-se hoje na sede; portanto, tenho a sensação de que seria sensato manter esse caráter até que essas pessoas tenham podido analisar o documento. De qualquer forma, como dizia, tudo isto é uma questão de menor importância.

Eu queria, realmente, fazer referência à proposta do Senhor Representante da Bolívia, que deveria qualificar como muito interessante. Na minha opinião, estes são os temas que devemos discutir. Minha dúvida é quanto à oportunidade. No programa de trabalhos temos previsto, em primeiro lugar, um seminário sobre a ALCA, que será realizado imediatamente depois da reunião de Chefes de Estado do Hemisfério, no Canadá. Todo este processo indica que seria a oportunidade, qualquer que seja o insumo, quer dos países, quer de caráter técnico que possa apresentar a Secretaria, para vermos quais seriam os alcances, os termos de referência, etc., mas podemos apoiá-lo. Minha impressão é que já temos uma oportunidade totalmente definida, e há uma atividade prévia, que é o que nos disse o Embaixador do Chile: por que não nos reunimos em nível de Comitê para discutir esta questão com anterioridade a esta circunstância.

Do já afirmado se deduz que há dois momentos em que vamos discutir profundamente isto. No segundo caso, com representantes das capitais, de determinado nível de decisão, segundo definimos. Por conseguinte, preferiria ter este tipo de etapas fechadas para ver, a partir daí, para onde vamos, em lugar de continuar acrescentando material que seguramente não poderemos manejar. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Já dei a palavra a onze Representantes e me parece que ninguém mais quer falar. Portanto, ofereço a palavra ao Secretário-Geral para que conclua o tema.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Eu queria, em primeiro lugar, agradecer todos os elogios por este trabalho, que basicamente foi feito por dois consultores, onde há uma ativa participação da Secretaria. É uma equipe de trabalho que colaborou com os consultores e depois, sob a condução de Leonardo Mejía, foi feito o documento que agora apresentamos aos senhores.

Este documento vai ao encontro de uma preocupação manifestada pela Representação da Bolívia. Internamente houve uma discussão muito forte sobre o papel, discussão da qual participou até o Secretário-Geral, antes da publicação do documento. Ou seja, é um trabalho que de certa forma reflete o pensamento próprio da Secretaria.

Como dizia o Representante da Argentina, está previsto um seminário, para o mês de junho, para tratar os temas da ALCA. Como ele mesmo dizia, de repente valeria a pena ver que tratamento o Comitê desejaria dar ao tema.

Aliás, no grupo de trabalho sobre o Programa de Atividades está pendente uma atividade adicional que pensamos que pode ser muito importante: aprofundar o impacto que do ponto de vista comercial teria a eventual conclusão das negociações da ALCA. Com isso tentaríamos encerrar nesta etapa um ciclo de trabalhos. Nesta

matéria pensamos que seria muito importante, como oportunamente se resolveu discutir o documento da OMC ou a relação das normas vigentes na ALADI, vis-à-vis a OMC, discuti-las no Comitê para conhecer a opinião da maior parte dos Governos e mesmo saber como poderíamos focalizar o resto do trabalho nesta matéria para o futuro imediato, de maneira que o documento seja uma importante contribuição para nossos países no processo de negociação atualmente em pleno desenvolvimento.

Finalmente, a respeito da palavra "reservado", considero que isto de reservado, confesso como Secretário-Geral que isto foi colocado para estimular sua leitura porque na proposta original que vi não dizia nada de reservado. Hoje se realiza o Foro Empresarial em Buenos Aires, e este documento seguramente já é do conhecimento dos empresários. Ou seja, amanhã mesmo este documento estará circulando livremente. Eliminaremos a palavra "reservado". Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Suas palavras deixam satisfeitas todas as Representações com a informação que nos deu sobre este seminário-oficina e esta atividade adicional sobre o impacto comercial. Isto está no programa de atividades. Ou seja, poderemos levá-lo a cabo a partir de junho, aparentemente. A ALCA, insisto, ainda é um projeto a médio prazo, até 2005. Quer dizer que temos tempo ainda para tratá-lo profundamente. Não nos apressemos porque as negociações não terminam em julho nem agosto. Ainda faltam, na minha opinião, muitos meses; até mesmo o parceiro mor também tem problemas e sua própria realidade. Tenhamos calma, vamos devagar porque assim iremos mais rápido. Tem a palavra o Senhor Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Senhor Presidente, a proposta que fiz obedece os seguintes critérios: o documento é muito importante por seu conteúdo, não por seu caráter de reservado. A apresentação que fez o Secretário-Geral me parece muito importante, oportuna e compreensiva, notadamente a respeito das luzes amarelas que deveríamos ver no processo que nos comprometerá como instituição. Refiro-me à ALADI e, eventualmente, como país-membro, integrante da ALCA.

Este documento possui profundidade de análise e logicamente é assinado por dois consultores contratados ad hoc, mas de nenhuma maneira foi elaborado com a participação permanente de uma contraparte técnica ou profissional, a Secretaria, que agora constatamos porque existe uma advertência, na própria página que apresenta o trabalho, que diz: "os conceitos manifestados não refletem necessariamente a opinião da Secretaria".

Senhor Presidente, desejaríamos que este documento fosse analisado em uma sessão interna, técnica, da Secretaria-Geral. Na situação em que está o processo de negociação da ALCA, logicamente este documento terá caráter progressivo; mas, por enquanto, há algumas advertências de caráter premonitório, como a mencionada pelo Senhor Representante do Brasil, por exemplo, e outros aspectos importantes e significativos sobre o tratamento das assimetrias, a ser dado pelos países entre si, na consideração da criação da ALCA.

E em outros aspectos de diferente mas importante natureza, este documento vai até o âmago do que significa a resposta ao requerimento da Resolução 54 (XI). Vejamos qual é o futuro da Secretaria da ALADI face os compromissos existentes no mundo, particularmente na formulação da ALCA. Por isso, minha Representação não

tem reparo em que este documento, a despeito de seu caráter de reservado, seja analisado na Secretaria para que possa fornecer-nos um relatório com suas conclusões e comentários, como órgão assistente e técnico da ALADI. Esta é nossa proposta, Senhor Presidente, e acredito que realmente deveria merecer algum comentário das Representações. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. A Presidência toma nota de sua proposta. Pergunto aos Senhores Representantes se esse documento da Secretaria será feito antes de que tratemos o documento em alguma sessão própria ou depois.

Quero chamar a atenção dos senhores para o fato de que este estudo tem duas partes: uma parte escrita, de responsabilidade total, plena, dos consultores. Não me parece que exista responsabilidade da Secretaria-Geral, apesar de que tenha coordenado. A outra parte são as estatísticas; elas têm como fonte a Secretaria-Geral da ALADI; disso sim são responsáveis, e obviamente a Secretaria trabalhou sobre as cifras que lhe dão os países-membros. Com esses dados, ela constrói estes quadros complicados, necessários para o documento. Então, há duas responsabilidades importantes que se deve levar em conta. Eu desejaria que sobre a proposta da Bolívia, do documento, houvesse um pronunciamento das Representações, se estiverem de acordo com esta proposta. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Novamente, Senhor Presidente, para voltar a esclarecer. Desejaria que não fosse a Presidência, mas a Secretaria-Geral, a que nos dissesse qual é sua participação. Definitivamente, nós compreendemos que os quadros, logicamente, foram fornecidos pelo banco de dados da ALADI. Desejaríamos conhecer os conceitos, os critérios, a análise técnica, a análise conceitual do documento, o critério da Secretaria a respeito desse documento, para que o Comitê de Representantes, quando considere oportuno, possa ter também um critério elaborado pela Secretaria. Considero que não é fora de contexto pedir um documento dessa natureza.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Quero lembrar somente que o Senhor Secretário-Geral, vinte e cinco minutos antes, falou do estudo e o explicou. Então, submeto a consideração a proposta da Bolívia para ver se estão de acordo no sentido de que a Secretaria acrescente a este documento suas observações e seus pontos de vista para enriquecê-lo. Tem a palavra o Senhor Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, Senhor Presidente. O Senhor Secretário-Geral fez um raconto deste documento. Nossa opinião é que isto merece certo estudo, certa maceração. E quero referir-me novamente ao que manifestei antes, parabenizando a Secretaria-Geral pela orientação deste documento e os consultores por sua elaboração. Neste momento eu não desejaria pôr a Secretaria-Geral no compromisso de assumir a responsabilidade por este documento porque não é sua responsabilidade. Eu consideraria oportuno deixar isto para uma próxima oportunidade. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. O senhor deu sua opinião diferente, e penso que podemos deixar o assunto na forma como foi exposto. Os senhores estão de acordo? Muito bem.

6. Assuntos diversos.

... Há algum tema que desejem tratar os Senhores Representantes? Ofereço a palavra ao Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Alfonso Silva Navarro). Como simples informação, queria comunicar que dois dias atrás o Chile e o Brasil assinaram, no Canadá, um acordo para evitar a dupla tributação. Nossa Representação deseja manifestar sua satisfação por este avanço em uma matéria que contribui de alguma maneira também para resolver um problema que normalmente está presente em nossos países. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Este fato tão positivo fica registrado em atas.

Não havendo outros assuntos, e sendo as 13 horas, encerra-se a sessão.
